**ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO E A DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MARANHÃO:** reflexões teóricas.

Jéssica Milla Bezerra de SOUSA[[1]](#footnote-1)

**RESUMO**:

Este trabalho trata sobre as características dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) do turismo e a difusão da rede de ensino profissional no Maranhão, destacando-se a região dos Lençóis Maranhenses e considerando a implantação do campus Barreirinhas no povoado de Santa Cruz. Nesse sentido, são apresentadas considerações teóricas sobre a expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico através da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET’s) assim como a relação dessas instituições com os APLs de cada região. Dessa forma, também é destacada a importância da geração de conhecimentos e técnicas especializadas voltadas para atividades de produção ou prestação de serviços dos APLs da região, considerando também o papel do Estado, através da implementação de políticas públicas a fim de promover o desenvolvimento local e regional.

**Palavras-chave:** arranjos produtivos locais; difusão educacional; geração de conhecimento; políticas públicas.

**1 INTRODUÇÃO**

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) partem de aglomerações produtivas, constituídas de diferentes atores que possuem interesses em comum na realização de uma determinada atividade econômica, compartilhando, dessa forma, de um mesmo espaço geográfico. Nesse contexto, a difusão do eixo educacional profissional e, consequentemente, a geração de conhecimento permite aumentar o aperfeiçoamento e desenvolvimento de habilidades que propiciam um aumento de produtividade do APL.

A própria constituição dessas aglomerações produtivas, com o apoio de políticas públicas do Estado, leva ao surgimento ou ampliação de instituições de ensino voltadas para estrutura produtiva de determinada localidade. Nesse sentido, a partir da utilização e troca de conhecimento entre atores desses arranjos é que se desenvolve a inovação e promove a atração de novos investimentos, permitindo assim construir uma base sólida para qualidade de vida dos moradores da região.

Entretanto, na prática, como o avanço do neoliberalismo, o Estado atende as necessidades mais básicas e menos lucrativas, ao passo que as atividades mais lucrativas e essenciais para a sociedade ficam por conta da iniciativa privada, sendo prestadas conforme os interesses da burguesia. (NASCIMENTO, 2013).

Destaca-se, também, a interdependência entre essas aglomerações produtivas e a difusão da educação profissional que garantem a própria sobrevivência e crescimento do APL para promoção do desenvolvimento local através da geração de emprego e renda. O Parque dos Lençóis Maranhenses possui como porta de entrada a cidade de Barreirinhas; a existência de APLs do turismo no local contribuiu para instalação de uma unidade do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) no referido município, fornecendo mão de obra qualificada para estrutura produtiva, assim como, desenvolvendo atividades na área da pesquisa.

Ressalta-se o papel do Estado como fundamental para difusão da educação profissional, incentivando a população local a aproveitar oportunidades econômicas a partir da prática do turismo, nesse sentido, as políticas públicas devem aproveitar o processo de agregação do conhecimento para identificar e mapear arranjos produtivos e agrupar esforços para o seu aprimoramento. A prática do turismo leva à exploração de diferentes atividades econômicas, que dependem de uma rede de ensino e pesquisa sólida que proporcionem resultados socioeconômicos, envolvendo indicadores de inclusão social e redução da desigualdade.

Entretanto, no Maranhão, os índices de investimentos públicos na área da educação profissional, ainda são considerados abaixo da média, o que afeta o fornecimento de mão de obra qualificada local para o aprimoramento de aglomerações produtivas. Além disso, afeta o próprio desenvolvimento da atividade turística que, nesse caso, opera em capacidade ociosa por falta desses incentivos públicos.

Destaca-se, portanto, o próprio interesse do Estado em fornecer subsídios educacionais para determinada região, entretanto, geralmente são ações que não coincidem com as necessidades da população local, podendo ser determinadas pela falta de estrutura produtiva para atuação profissional ou pela precária qualidade do ensino. O principal objetivo é trazer aspectos teóricos que tratam sobre a sustentabilidade entre aglomerações produtivas do turismo na região dos Lençóis Maranhenses e a difusão educação profissional, levando em consideração o papel do Estado do Maranhão e do compartilhamento de conhecimento e informação entre atores desse arranjo que levam a sustentação do processo produtivo e inovativo.

Logo, o trabalho está estruturado em 4 (quatro) partes: Introdução; Considerações sobre Arranjos Produtivos Locais e a Educação Profissional; ; Arranjos Produtivos Locais e Rede de Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão e Conclusão.

**2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Os estudos sobre aglomerações produtivas iniciam com a contribuição do economista Alfred Marshall sobre a necessidade das pequenas e médias empresas de se agruparem e adquirirem vantagens competitivas através da localização geográfica (proximidade entre as empresas), cooperação e troca de aprendizagem, onde a partir dessa interação proporcionam a geração de inovação. (SCHMIDT FILHO; CAVALCANTI FILHO, 2006).

Os autores destacam que no final do século XX a abordagem sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs), principalmente daqueles constituídos de pequenos negócios obteve participação nos debates sobre desenvolvimento local e regional. Desse modo, desde a contribuição de Marshall sobre “aglomerações produtivas”, o entendimento sobre a caracterização do espaço geográfico sofreu modificações, uma vez que passam a ser considerados aspectos históricos, naturais e espontâneos, onde a partir do aproveitamento de um nicho de mercado as empresas encontram a oportunidade econômica de estabelecerem seus negócios.

O conceito de arranjos e sistemas produtivos locais abrange características sobre o sistema de inovação nos níveis supranacional, nacional e subnacional, contribuindo para a difusão do desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, essas estruturas produtivas envolvem aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos que refletem na dinâmica das empresas, na interação entre atores, na implementação de políticas públicas, considerando que a organização de APLs absorvem as peculiares e diferenças de cada localidade. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

Nessa perspectiva, Cassiolato e Szapiro (2003) enfatizam a importância da competitividade para desenvolvimento da capacidade inovativa. A partir dos anos de 1990 a ideia de aglomerações produtivas passou a estar bem relacionada com o conceito de competitividade, fortalecendo o processo de formulação e implementação de políticas públicas, assim como a realização de estudos e mapeamento desses arranjos.

Os arranjos produtivos locais envolvem atividades produtivas que participam de um processo de constante aprendizagem, onde desenvolvem inovações em processos e produtos. Além disso, esses arranjos enfatizam as questões econômicas, técnicas e institucionais e possuem como objetivo principal manter a sintonia e interação entre os atores, evitando possíveis conflitos que possam atrapalhar o desenvolvimento da estrutura produtiva. (VECCHIA, 2006).

A constituição de APLs está associada com as características históricas, culturais, sociais, políticas de uma região ou localidade. Esses arranjos estão voltados para interação e cooperação ente atores que favorecem o crescimento e desenvolvimento regional. Desse modo, no Brasil, a formalização de apoio aos APLs surgiu a partir dos anos de 1999 com ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), onde foram realizadas parcerias com estados da federação a fim de aproximar a relação entre atores empresariais e instituições de pesquisa. Essas ações envolvendo APLs foram incluídas pela primeira vez no Plano Plurianual (2000-2003) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). (LEITE; KOBOLD, 2017).

Dessa forma, em 2004, foi criado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) com o propósito de apoiar o desenvolvimento de APLs no Brasil, a partir disso surgiram os Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs (NEAPLs), onde as demandas voltadas para identificação e mapeamentos de arranjos produtivos foram delegadas, em 2007, para maioria dos Estados através da formulação e implementação de políticas públicas, e por meio de realização de parcerias entre atores com o propósito de solucionar problemas locais/regionais. (MELO; CUNHA, 2012; APOLINÁRIO; SILVA, 2010).

Considerando isso, as políticas de apoio para APLs devem estar voltadas para o fortalecimento do processo produtivo e para o aproveitamento de potencialidades, deve também estimular a interação e cooperação entre os agentes, proporcionando a utilização de conhecimentos e habilidades. Nesse contexto, as ações de apoio aos APLs são recorrentes em atividades de capacitação técnica, profissional e em gestão; fornecimento de insumos e equipamentos; comercialização e concessão de crédito. (APOLINÁRIO; SILVA, 2010).

Além disso, Melo e Cunha (2012) enfatizam que um APL é caracterizado pela proximidade territorial entre um número significativo de atores, onde desenvolvem uma atividade produtiva predominante e que utilizam da interação e cooperação, assim como demais instrumentos de governança local, e que envolvem, principalmente, pequenas e médias empresas. A partir disso, destaca-se a importância da educação profissional, científica e tecnológica na geração do conhecimento, uma vez que apoiam políticas educacionais que influenciam no desenvolvimento do APL e, consequentemente, no desenvolvimento regional.

Nesse sentido, ressalta-se que os atores que constituem o APL vão além de abordagens econômicas, abrangendo requisitos sociais, políticos, históricos e culturais; o espaço de atuação desses atores fica estabelecido essencialmente pelos vínculos e interações mantidas entre eles, do que pelo próprio espaço geográfico em si. Esses vínculos podem assumir diferentes estágios, desde os mais avançados até os mais precários, e que vai depender do contexto econômico, social, político e institucional de cada região. Dessa maneira, as relações de cooperação são responsáveis pela formação do processo de conhecimento e aprendizagem, sendo os principais fatores da inovação e do desenvolvimento (MOURA; MOURA; SANTOS, 2010).

A proximidade geográfica em aglomerações produtivas proporciona vantagens relacionadas ao baixo custo produtivo e à facilidade de obter subsídios financeiros e fiscais. Posteriormente, essas vantagens também podem proporcionar eficiências coletivas e articulações entre os atores em âmbito local e regional para gerar conhecimento. Dessa forma, esses resultados podem ser aproveitados para aquisição de vantagens competitivas e crescimento do arranjo (FERRARO, 2009).

Apolinário e Silva (2010, p. 43) destacam que, no Brasil, os APLs apoiados possuem atividades produtivas semelhantes entre si, podendo-se destacar: “o artesanato, o turismo, confecções, cerâmica/telha, móveis/madeiras, couro/calçado, piscicultura/pesca/aquicultura, bovinocultura, fruticultura, avicultura, laticínios, mandiocultura, tecnologia da informação, ovinocaprinocultura”. Nesse sentido, grande parte dessas atividades são “formais, parcialmente formalizadas e informais; intensivos em trabalho; portadoras de conhecimento tácito/enraizamento; intensivos em conhecimento; e potencializadores de exportação”.

No Brasil, a educação profissional surgiu para atender as demandas de mão de obra qualificada, tendo como público alvo as classes mais pobres. Desse modo, em 1909, com o governo de Nilo Peçanha foram instituídas as Escolas de Aprendizes e Artífices, trazendo mudanças no contexto da educação profissional do país. (ROCHA; LEDA, 2013). A partir disso, considerando as transformações capitalistas é importante ressaltar que:

As mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, trazendo em seu bojo o avanço científico tecnológico nos processos produtivos, implicaram na reorganização da educação profissional. Porém, este talvez seja um desafio. O ideário brasileiro de ser autossuficiente na produção de ciência e tecnologia, na condição de país de capitalismo dependente, enfrente barreiras dos países do centro orgânico do capital, produtores e concentradores de maior parte de ciência e tecnologia produzidas pela humanidade, para delinear suas políticas de desenvolvimento científico-tecnológico e de uma educação ampliada para a ciência e as tecnologias. (TURMENA; AZEVEDO, p. 1078, 2017).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) através da lei nº 11.892/2008 contribuiu para a constituição de um novo modelo de educação profissional no Brasil, onde promoveu uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a adesão voluntária de Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, onde foram transformadas em IFETs com orientações voltadas para potenciais arranjos produtivos de cada região. (HORA, 2013).

A autora também destaca que no Maranhão, a educação profissional difundida através da expansão do ensino médio, técnico e profissionalizante da rede federal, contribuiu para o acesso de jovens entre 15 e 17 anos ao ensino técnico e profissionalizante, com predominância de vagas na capital São Luís e na cidade de Imperatriz.

Além disso, enfatiza-se que o processo de expansão de educação profissional está estreitamente atrelado ao objetivo de desenvolvimento regional, considerando as especificidades dos APLs. Desse modo, especificações sobre a relação entre difusão educacional e características dos APLs, assim como características sociais e econômicas da região, são encontradas com facilidade em documentos oficiais que tratam sobre os Institutos Federais, inclusive na lei de criação dos IFETs (Lei n° 11.892/2008). A partir disso, entre os objetivos do Planejamento de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010 -2013) está o de promover o desenvolvimento regional nos locais onde o polo do IFET for instalado, alinhando a grade curricular e oferta de cursos com as demandas locais (HORA, 2013).

Conforme o exposto, Haddad (2008, p. 19) evidencia que:

A missão institucional dos IFETs deve no que respeita à relação entre educação e trabalho orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Nesse contexto, o governo estabeleceu objetivos e critérios para que a instalação de unidades da Rede Federal estivesse em conformidade com o desenvolvimento local e regional, e de acordo com as necessidades dos APLs. Além disso, essa política de expansão da educação profissional surgiu como estratégia de reduzir as desigualdades regionais do Brasil e proporcionou transformações na criação e ofertas de vagas, entretanto, essas mudanças buscavam também atender interesses políticos de quem detinha maior poder econômico. (NASCIMENTO, 2013).

Além disso, o autor ressalta que as políticas educacionais são implantadas com justificativas baseadas no desenvolvimento social e atendimento das necessidades da população menos favorecida, buscando a redução da desigualdade. Por outro lado, além dessas políticas garantirem o atendimento das demandas sociais, proporcionando maior capacitação e qualificação profissional, elas também estão alinhadas com os interesses da burguesia, onde atendem o processo de reprodução do capital.

**3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO MARANHÃO.**

No Maranhão, os trabalhos relacionados aos APLs foram iniciados entre os anos de 2002 e 2003 pelo SEBRAE-MA (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão) e contou com a parceria do Governo do Estado da época com o propósito de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir dessa parceria, em 2003, foi publicado o Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais do Maranhão (PAPL) com o objetivo de identificar e mapear aglomerações potenciais a se tornarem arranjos produtivos, e assim propor políticas para o seu aprimoramento (MELO, 2004).

Em 2007, foi criado o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPLs) a partir de uma maior atenção do Governo Federal em relação aos APLs, logo, a Secretaria Estadual de Planejamento do Maranhão deixa de tratar sobre políticas para APLs, ao passo que, os NEAPLs assumem esse papel (MOURA; MOURA; SANTOS, 2010).

O NEAPL-MA conta com a integração de órgãos do Estado e agências de fomento, assim como de instituições de ensino e pesquisa, destacando-se a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Instituto Federal do Maranhão (IFMA); também conta com instituições financeiras e de crédito, como por exemplo o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

A seleção de arranjos produtivos locais no Maranhão deve estar alinhada com as prioridades definidas por meio de políticas públicas, que tinha como objetivo fundamental elevar até 2006 o IDH de 0,636 para o mínimo de 0,70, denominado como “meta mobilizadora”. Essa definição de prioridades deve ser considerada em razão das limitações de recursos humanos, financeiros e tecnológicos do Estado, por isso a inviabilidade de apoiar o universo de arranjos produtivos da região. (MOURA; MOURA; SANTOS, 2010).

Os autores também enfatizam, que a fim de melhorar as condições socioeconômicas do Estado foram implementadas estratégias voltadas para atuação de sistemas que promovessem o aumento da competitividade na estrutura produtiva. Dessa maneira, as políticas foram direcionadas para 4 (quatro) principais atividade, destacando-se o agronegócio, a construção civil, a minerometalurgia e o turismo, além disso, ficou reconhecida a importância dos pequenos negócios para geração de emprego e renda local/regional.

O Parque dos Lençóis Maranhenses foi criado pelo Decreto n° 86.060 de 02 de junho de 1981 e possui uma área de 157.000 hectares. A paisagem dos Lençóis Maranhenses é constituída por dunas de areias brancas e por lagoas de água doce formadas no período chuvoso. A cidade de Barreirinhas constitui o acesso principal ao Parque e fica localizada a 270 km de São Luís, na mesorregião Norte do estado do Maranhão à margem do rio Preguiças (ICMBio, 2019).

Além disso, ressalta-se que o município de Barreirinhas conta com um número de 54.930 habitantes, ocupando uma área de 3.111,3 km² e possuindo um IDH de 0,570. O município possui arranjos produtivos locais com predominância nas áreas do turismo, artesanato, serviços e extrativismo. (IFMA, 2019).

Graça (2005) ressalta que a região dos Lençóis vem sendo destacada pelas suas belezas naturais, através da mídia e programas do governo, atraindo diversos atores e segmentos de mercado, incluindo empresários de rede de hotéis, restaurantes, comerciantes e turistas de diferentes lugares do mundo.

Nos últimos 15 anos, a região dos Lençóis Maranhenses tem recebido ampla divulgação, sendo promovida pelos governos federal, estadual e municipal como alternativa econômica, sendo destino de destaque para o desenvolvimento do turismo no Maranhão. (ICMBio, 2019). Desse modo, no decorrer de 15 anos dessas intervenções torna-se relevante verificar se houve mudanças significativas nos indicadores de desenvolvimento e identificar se existe ainda um potencial de desenvolvimento não explorado e que pode ser alcançado a partir de uma visão sistêmica da atividade turística na região, através da interação entre empresas, governo, órgãos de apoio, instituições de crédito, dentre outros, considerando que essa região engloba algumas das cidades mais pobres do Maranhão.

A exploração da atividade turística na região dos Lençóis começou a se intensificar em Barreirinhas a partir da transformação de casas em lugares de hospedagem, restaurantes, lojas de artesanato. Desde então, o turismo se apresenta como importante indutor da economia local. Esse cenário marcou o surgimento de oportunidades de negócios e trabalhos como guias de turismo; *toyoteiros* (condutores de veículos tracionados); agências de viagem; donos de restaurantes; condutores de embarcações, dentre outros (CARVALHO, 2007).

Na cidade de Barreirinhas, porta de entrada dos Lençóis, o turismo possui uma cadeia produtiva com deficiências relacionadas ao não aproveitamento das potencialidades disponíveis, a não agregação de valor ao produto, assim como a não utilização de métodos participativos e coletivos de produção. Essas deficiências provêm da ausência de estímulos governamentais quanto ao fortalecimento de atividades produtivas; além da sazonalidade da oferta e precárias técnicas de produção nesse período; e, falta de organização das comunidades locais que podem incidir na diminuição da demanda (TASSO; ASSAD; NASCIMENTO, 2010).

Além disso, Merigue (2005) destaca que os arranjos produtivos turísticos envolvem aglomerações de empresas associadas direta ou indiretamente ao setor do turismo em determinada região. Deve ser levada em consideração a sinergia entre os atores do arranjo; a limitação territorial; a complementariedade de atividades através da interação entre produtores, fornecedores, instituições de ensino e associativas de crédito.

O turismo é uma atividade voltada para o desenvolvimento socioeconômico regional, entretanto, para isso é necessário que haja planejamento e gestores preparados para alinhamento e alcance da capacitação profissional a fim de promover o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas voltadas para um bom atendimento ao público. (SANTOS, et.al., 2012).

Nesse sentido, Graça (2005) afirma que o setor turístico vem crescendo muito no Brasil, contribuindo para geração de trabalho e renda e aumento da qualidade de vida da população, entretanto, por outro lado, o turismo quando mal administrado traz efeitos negativos para o meio ambiente e cultura das comunidades locais.

Ressalta-se que um APL do turismo deve abranger um número significativo de setores que atuem nas seguintes áreas: hotéis/pousadas; restaurantes; agências de turismo; operadoras de turismo; serviços de entretenimento (culturais, históricos, comerciais); empresas de transporte; órgãos/entidades de setores públicos ou privados voltados para as áreas de infraestrutura e saneamento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

No âmbito da educação profissional, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), junto com o Ministério da Educação são responsáveis por definir as regiões do Estado que devem receber os polos de ensino, além disso, o IFMA também se responsabiliza pela determinação das modalidades de ensino, bem como os cursos que serão oferecidos conforme as especificidades locais/regionais. Também é importante ressaltar que a difusão da Rede Federal profissional e tecnológica coincidiu com a chegada de empreendimentos e novos investimentos voltados para ampliação da economia maranhense. (NASCIMENTO, 2013).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019-2023) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), o campus de Barreirinhas da rede federal de ensino foi instalado para atender as demandas sociais e econômicas da região dos Lençóis Maranhenses, incluindo cidades vizinhas da sede do campus como: Paulino Neves, São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos e Humberto de Campos.

A unidade de Barreirinhas, localizada no povoado de Santa Cruz, teve autorização de funcionamento em 21 de setembro de 2011, integrando a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e oferece cursos técnicos nas áreas de meio ambiente, agenciamento de viagens, agroecologia, agroindústria, alimentos e hospedagem; e cursos superiores nas áreas de licenciatura em ciências biológicas, licenciatura em letras português, licenciatura em informática, gestão do turismo e administração.

Nascimento (2013) destaca que o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ocorreu em 2004, onde objetivava a criação de 64 (sessenta e quatro) unidades de ensinos; em 2007 foi lançada a segunda fase do Plano com meta de implantação de mais 150 (cento e cinquenta) unidades. Antes do lançamento da primeira fase do Plano de Expansão, o Maranhão possuía 5 (cinco) unidades da rede de ensino profissional e técnico: CEFET (São Luís), UNED Imperatriz, Escola Agrotécnica (São Luís, Codó e São Raimundo das Mangabeiras).

Nessa perspectiva, o autor enfatiza que a difusão da Rede Federal Profissional e Tecnológica no Maranhão ocorreu mais por um interesse de mercado em atender as empresas com profissionais qualificados, e assim manter o ciclo de reprodução do capital; do que pela iniciativa e interesse estatal de garantir melhor qualidade de vida para as pessoas, fornecendo oportunidades de capacitação e qualificação profissional.

**4 CONCLUSÃO**

A difusão da educação profissional no Brasil tem estreita relação com a constituição e desenvolvimento de APLs, onde esse vínculo ficou fortalecido com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET’s) através da Lei nº 11.892/2008, onde exigia que os polos de ensino profissionais e tecnológicos fossem instalados conforme os critérios e necessidades de desenvolvimento de APLs da região.

Para o aprimoramento de APLs é necessário esse vínculo com instituições de ensino e pesquisa, a fim de contribuir com o desenvolvimento de estruturas produtivas e geração de inovação, trazendo maior geração de emprego e renda. Desse modo, ressalta-se a importância da atuação do Estado quanto à implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento da qualidade de vida e inclusão de pessoas habitantes da região onde o APL é constituído, proporcionando melhorias na capacitação e qualificação profissional.

Na região dos Lençóis Maranhenses, destacando-se a cidade de Barreirinhas, a intensificação do setor turístico, através do surgimento e expansão de restaurantes, hotéis, agências de viagem, dentre outras atividades, veio se apresentando como potencial aglomeração produtiva, e que contribuiu para que o espaço fosse contemplado com o campus de Barreirinhas, onde vem ofertando cursos voltados para o setor turístico e áreas relacionadas.

Com isso, a expansão dos IFETs no Maranhão, junto com a ideia de aglomerações produtivas, surgiu para incrementar o processo de desenvolvimento local e regional, contribuindo para a expansão da educação profissional e tecnológica no Estado. Apesar disso, por outro lado, essa dinâmica atrai novos investimentos e mercados, onde o capital encontra oportunidade de reprodução, criando um espaço de prevalência de interesses da burguesia.

Desse modo, o discurso de alcançar o desenvolvimento local/regional através de APLs e da difusão da educação profissional, vem atender uma estrutura de mercado constituída sob os moldes capitalistas, afetando, portanto, a implementação de políticas públicas e a própria função e aperfeiçoamento de arranjos produtivos na geração de emprego e renda e qualidade de vida.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da**. Análise das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso**. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu (orgs). Natal-RN: EDUFRN, 2010.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses**: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão. Brasília, 2007. (Tese de Doutorado).

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina**. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, M. L. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FERRARO, Francisco Teixeira Carlo. **Aglomeraciones productivas locales em Brasil, formación de recursos humanos y resultados de la experiencia CEPAL – SEBRAE**. CEPAL, Santiago de Chile, 2009.

GRAÇA, Irlene Menezes**. A política do turismo como inserção do Maranhão na economia mundializada:** os Lençóis Maranhenses em foco. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, 2005.

HADDAD, Fernando**. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>.

HORA, Lícia Cristina Araújo da. **A expansão da educação profissional no Maranhão nos trilhos do capital.** ORG & DEMO, Marília, v.14, n. 2, p. 103-126, jul/dez., 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/3426>.

ICMBio. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Concessão de serviços de apoio à visitação. Projeto Básico, 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/2018/PB_PN_Lencois_Maranhenses.pdf>.

LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José Eduardo. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.** In: LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, M. L. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LEITE, Eduardo Dias. KOBOLD, Elizângela Capanema Souza**. A educação profissional e os arranjos produtivos locais promovendo o desenvolvimento do Distrito Federal**. Revista Livre de Sustentabilidade e empreendedorismo, v.2, n.3, p.107-129, jul-set, Brasília, 2017.

MELO, Maria Cristina P. **Avaliação das Políticas de Apoio aos arranjos Produtivos Locais (APLs) do Maranhão**. Relatório de atividades da Análise de Políticas. RedeSist, ago. 2004. Disponível em: [http://www.redesist.ie.ufrj.br/notas-tecnicas-p6/nt-pp-aspils-mpe-p6. Acesso em jul 2019](http://www.redesist.ie.ufrj.br/notas-tecnicas-p6/nt-pp-aspils-mpe-p6.%20Acesso%20em%20jul%202019).

MELO, Marli Alves Flores. CUNHA, Célio da. **Educação profissional, científica e tecnológica: arranjos produtivos locais e a sustentabilidade**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/MarliAlvesFloresMelo_GT6_integral.pdf>.

MERIGUE, Geancarlo de Lima. **O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo**: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul. Caderno Virtual do Turismo, vol. 5, n. 1. Rio de Janeiro, 2005.

MOURA, João Gonsalo; MOURA, Eunice Paraguassu; SANTOS, Alan Vasconcelos. **Promoção de Arranjos Produtivos Locais em ambientes instáveis:** o caso do Maranhão. In: APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu (orgs). Natal-RN: EDUFRN, 2010.

NASCIMENTO, José Edilson. **A expansão da rede federal de educação profissional no contexto da lógica de desenvolvimento da região noroeste do Maranhão**: uma análise a partir do campus Santa Inês. Disponível: [http://www.ppdsr.uema.br/](http://www.ppdsr.uema.br/wp-content/uploads/2016/02/A-EXPANS%C3%83O-DA-REDE-FEDERAL-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-NO-CONTEXTO-DA-L%C3%93GICA-DE-DESENVOLVIMENTO-DA-REGI%C3%83O-NOROESTE-DO-MARANH%C3%83O-uma-an%C3%A1lise-a-partir-do-Campus-Santa-In%C3%AAs-EDUARDO-CELESTINO.pdf).

ROCHA, Luciana de Fátima Sopas; LÉDA, Denise Bessa**. Desafios da Educação Profissional e suas repercussões no trabalho docente:** o caso do IFMA. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impassesedesafiosdaspoliticasdeeducacao/pdf/desafiosdaexpansaodaeducacaoprofissionalesuasrepercussoes.pdf>.

SANTOS, Niza Polliana Silva et.al**. Qualificação profissional como ferramenta para o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Rosário-MA**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – IX SEGET, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53916890.pdf>.

SCHMIDT FILHO, Ricardo; CAVALCANTI FILHO, Paulo Fernando Moura Bezerra. **Arranjos Produtivos Locais no Nordeste Brasileiro:** atual distribuição setorial das iniciativas. Revista da ABET, n° 1, jan/jun, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15627>.

TASSO, João Paulo F.; ASSAD, Luís Tadeu; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **A produção associada ao turismo como instrumento de desenvolvimento local:** o caso de Barreirinhas, na região dos Lençóis Maranhenses, Estado do Maranhão, Brasil. El Periplo Sustentable, n. 19, julio-diciembre, 2010, pp. 9-34. Universidade Autónoma del Estado de México.

TURMENA, Leandro; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de**. A expansão da Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica:** os Institutos Federais em questão. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download/21938/21079>

VECCHIA, Raquel Virmond Rauen Dalla. **Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local**. Revista capital científico, v.4, n.1, Guarapuava – PR, 2006. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/download/634/836+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

1. Administradora, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão. [↑](#footnote-ref-1)